

DECISÃO Nº 129/2025 - CONUNI (11.01.02.00.94)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Petrolina-PE, 03 de Novembro de 2025

DECISÃO Nº 116/2025 - CONUNI

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 23402.016417/2025-23, POR MAIORIA, **DECIDE** APROVAR A CRIAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO - MODALIDADE À DISTÂNCIA, BEM COMO A APROVAÇÃO DO SEU PROJETO PEDAGÓGICO.

PETROLINA-PE, 31 DE OUTUBRO DE 2025.

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 18:30)

TELIO NOBRE LEITE

REITOR

Matrícula: 1468020

Processo Associado: 23402.016417/2025-23

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.univasf.edu.br/documentos/> informando seu número: **129**, ano: **2025**, tipo: **DECISÃO**, data de emissão: **03/11/2025** e o código de verificação: **1e46e0cb7f**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO-UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO-PRPPGI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DISTÂNCIA-SEAD**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LACTO – SENSU EM
EDUCADORES NO E DO CAMPO**

EQUIPE DE TRABALHO

Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte

Dr. Bruno Cezar Silva

**ADAPTAÇÃO FEITA PELA EQUIPE SAED
PARA O CURSO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**Petrolina
2025**

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretaria de Educação Superior
Alexandre Brasil

Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância – DED/CAPES
Antonio Carlos Amorim

Universidade Federal do Vale do São Francisco
Reitor
Dr. Telio Nobre Leite

Vice-Reitora
Dr^a. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Assistência Estudantil
Dr. Clébio Pereira Ferreira

Pró-Reitor de Ensino
Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Pró-Reitora de Extensão
Dr^a. Michelle Christini Araújo Vieira

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
M.Sc Kilma Carneiro da Silva Matos

Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento
Dr. Francisco Alves Pinheiro

Pró-reitora de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação
Dr^a. Maria Helena Tavares de Matos

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Esp. Margareth Pereira Andrade

Secretário de Educação a Distância
Dr^a. Antonio Pires Crisóstomo

Coordenadora UAB
Dra Adriana Moreno Costa Silva

Coordenador do Curso
M.Sc Aitla Lidianne Hermógenes de Souza
(Portaria nº 2237/SEAD/UNIVASF/2024)

SUMÁRIO

	Resumo	5
1	Dados de Identificação da Instituição Proponente	6
2	Financiamento do Curso	10
3	Caracterização	10
4	Apresentação	11
5	Justificativa	12
6	Matriz de Responsabilidades dos Atores Envolvidos	16
7	Referencial Teórico - Metodológico	17
8	Objetivos	20
9	Perfil do Público Beneficiário, Número de Vagas e Critérios de Seleção	21
10	Titulação, Competências e Habilidades esperadas	21
11	Perfil do Egresso	23
11	Organização Curricular e Concepção Metodológica	22
12	Região beneficiada pelo Curso de Especialização	22
13	Orgnização Curricular e Concepção Metodológica	23
14	Metodologia	25
15	Avaliação de Aprendizagem discente	29
16	Trabalho de Conclusão de Curso	30
17	Mecanismos de Avaliação	30
18	Matriz Curricular e Ementário	31
19	Referências Bibliográficas	43

RESUMO

Este projeto de especialização objetiva formar especialistas para atuarem em escolas no e do campo, especificamente no semiárido, fazerem a gestão de processos educativos na escola e em seu entorno e desenvolverem estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos críticos, autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para problemas inerentes à sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável do semiárido. Nele estão esboçados o contexto, os problemas, as consequências, a justificativa e as diretrizes curriculares organizativas e orçamentárias para o seu desenvolvimento, para atender as demandas e execução das políticas públicas para a área. A sua implantação pode ser justificada pela ausência de espaços específicos de formação para a docência interdisciplinar em sintonia com as necessidades de organização curricular por áreas do conhecimento nas escolas no e do campo, bem como, pela necessidade de construir alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, consonante com as necessidades e a qualidade exigida pela dinâmica social.

Palavras Chave: Educação do Campo, Formação de Educadores, Desenvolvimento Sustentável, Semiárido, Pedagogia da Alternância, Currículo.

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba S/N – Centro – Petrolina – Pe

CEP: 56.304-917

Telefone: (87) 2101-6743

Fax: (87) 2101-6774

Reitor: Télio Nobre Leite

Vice Reitora: Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Maria Helena Tavares de Matos

SEAD – Secretaria de Educação à Distância: Antonio Pires Crisóstomo

Coordenação da Universidade Aberta do Brasil na Univasf: Adriana Moreno Costa Silva

A UNIVASF é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, criada com o nome de FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Sua criação foi legitimada pela Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002 que a conferiu uma natureza fundacional, com sede na cidade de Petrolina. Possui campus nas cidades de Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso no estado da Bahia; Salgueiro – Pe e São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, tendo o semiárido brasileiro e o Vale do São Francisco como referenciais.

Sua missão é ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, onde as atividades de ensino, pesquisa e extensão são realizadas através de parcerias entre organizações governamentais e não governamentais, empresas privadas e organizações nacionais e internacionais, na perspectiva territorial e no resgate da identidade das populações tradicionais, o que identifica a UNIVASF como entidade em sintonia com o enfrentamento das dificuldades sociais e econômicas da região, comprometida com a formação do sujeito coletivo.

Possui na atualidade, trinta e um cursos de graduação, nos níveis de bacharelado e licenciatura, abrangendo as diversas áreas do conhecimento (Ciências Humanas e Sociais; Engenharias; Artes; Ciências da Saúde e Biológicas; e Ciências Agrárias); vinte cursos de especialização (pós-graduação lato sensu); vinte cursos de mestrado (pós-graduação stricto sensu) e quatro doutorados, além dos vários projetos de extensão, lhe possibilitando atuar nos territórios da sua abrangência, transformando as realidades das suas populações através das tecnologias de convivência com o semiárido; a inclusão digital; as inovações nas áreas da agricultura familiar e na agricultura com emissão de baixo carbono; a formação de formadores; a educação para o associativismo e/ou cooperativismo; o uso das plantas da caatinga como

alternativas para a alimentação e a saúde humana e animal; monitoramento, conservação e recuperação ambiental, possuindo estruturas de pesquisa importantes como o Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga (CEMA-Fauna Caatinga); o Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental (NEMA) e o Centro de Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD), com atividades vinculadas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), do Ministério da Integração Nacional. Possui o Núcleo de Inclusão, atendendo aos portadores de deficiências da região, tendo o seu trabalho reconhecido pela população e as suas famílias como de excelência.

A Secretaria de Educação a Distância (SEaD) é um órgão suplementar da administração superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco responsável pelo planejamento, propositura – própria e/ou demandada –, administração, coordenação e assessoria dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão e projetos institucionais na modalidade a distância promovidos pela Instituição, contando com o suporte institucional, bem como com o suporte dos Polos de Apoio Presencial.

Considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, com discentes e profissionais da educação desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

Competências da SEaD:

- planejar a execução dos cursos e atividades correlatas na modalidade a distância propostos pela SEaD e/ou oriundos de setores da Univasf.
- planejar, executar e/ou prestar suporte, monitorar e ajustar as atividades necessárias para a oferta de cursos na modalidade a distância;
- oferecer – em consonância com as Pró-Reitorias, especialmente, as de Ensino, de Pesquisa, Pós- graduação e Inovação, e de Extensão – cursos e atividades formativas, a distância, de graduação, de pós- graduação, de extensão e outros;
- ofertar e certificar cursos de capacitação na modalidade a distância e presencial;
- produzir material impresso e audiovisual que subsidie a realização dos cursos promovidos pela Secretaria;
- coordenar a central de tutoria;
- gerenciar o serviço de web conferência para os projetos da SEaD e/ou aqueles em parceria com a Secretaria;
- gerenciar a transmissão por streaming para os projetos da SEaD;
- propor alterações, alterar e gerenciar o Ambiente Virtual de Aprendizagem para as atividades a distância;

- buscar garantir a qualidade na execução dos seus serviços, especialmente quanto aos aspectos materiais e formais dos cursos ofertados;
- prestar suporte pedagógico para a realização dos cursos na modalidade EaD;
- desenvolver novas metodologias e serviços apoiados em Tecnologias da Informação Comunicação (TICs) em EaD;
- estimular e possibilitar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade EaD, mediante a articulação contínua com os setores da Univasf;
- assessorar e dar suporte às iniciativas e experiências em EaD no âmbito da Univasf;
- apoiar e incentivar a produção do conhecimento em EaD;
- avaliar e assessorar projetos e experiências, na área de EaD, da Univasf e de outras instituições parceiras;
- desenvolver projetos, cursos e atividades para a modalidade a distância em parceria com outras instituições, nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais, submetendo-os à aprovação dos órgãos de deliberação competentes; e
- promover congressos, simpósios e outros eventos sobre temas relacionados à EaD

Estrutura da SEaD

A Secretaria de Educação a Distância (SEaD) atua com o suporte da Equipe Multidisciplinar da EaD/Capes e conta com a seguinte estrutura organizacional:

- Gabinete da Secretaria de Educação a Distância (Gabinete - SEaD);
- Coordenação Administrativa e Acadêmica (CAA - SEaD);
- Coordenadoria Geral da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no âmbito da Univasf;
- Coordenadorias de Cursos EaD;
- Secretarias de cursos EaD
- Coordenadoria Institucional de Tutoria;
- Laboratório de Mídias;
- Núcleo de Apoio Pedagógico;
- Núcleo de Processos Seletivos;
- Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); e
- Demais membros(as) da Equipe Multidisciplinar da EaD/Capes.

2 FINANCIAMENTO DO CURSO

Conforme explicita a exigência estabelecida na resolução do CONSEPE 55/2014, no item VII, para o financiamento do curso, os recursos para a viabilização do curso são provenientes da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)/FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)/ MEC, sendo que a gestão financeira caberá à Fundação UNISELVA através de termo de convênio.

Os custos do projeto em questão estão previstos no Plano de Trabalho UAB e serão descentralizados, conforme compromisso de repasse institucional pactuado entre Univasf e Diretoria de Educação a Distância da CAPES.

3 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Tipo do Curso: Pós-Graduação

Denominação: Curso de Especialização em Educação no e do Campo

Modalidade: Educação à Distância

Local de Oferta: Capim Grosso-BA, Cedro-PE, Juazeiro-BA, Serrinha-BA, Sobradinho-BA e Tabira-PE.

Quantidade de Vagas: 150 vagas distribuídas pelos seis polos vinculados à Secretaria de Educação à Distância da UNIVASF, em cidades dos Estados Bahia e Pernambuco.

Modalidade de Ingresso: Edital Público de Seleção Específica publicado pela UNIVASF, as vagas serão reservadas para professores que atuam regularmente na rede pública de ensino e vagas da ampla concorrência, conforme edital de seleção.

Carga horária: 390 horas

Tempo de duração do curso: 02 anos

Legislação e diretrizes consideradas: A Educação no e do Campo conta hoje com respaldo legal para exigir um tratamento diferenciado e específico para as escolas rurais, concretizado nos seguintes dispositivos legais:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 1996, estabelece a inspiração do ato educativo nos ideais de liberdade e solidariedade humana e no pleno desenvolvimento do educando.
- A Resolução CNE/CEB nº 1/2002 de 03 de Abril de 2002/CNE/MEC, detalhando as Diretrizes Operacionais da LDB, garante um arcabouço legal para a afirmação de uma política educacional específica no e do campo, ao reconhecer o modo próprio de vida social e de utilização do espaço como elementos essenciais na constituição identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade da brasileira. Em particular, nos seus artigos 5º, 7º, 8º, 9º e 10º, trata de alterações na organização do trabalho pedagógico, do currículo, tempo escola e gestão compartilhada,

ganhando com isto a escola do campo um caráter abrangente, dialógico, flexível e dinâmico.

- O Parecer CNE/CEB no. 1/2006 determina dias letivos para aplicação da Pedagogia de Alternância nos centros Familiares de formação por Alternância.

Assim, esse arcabouço teórico inova quanto à organização da escola e prática pedagógica, salvaguardando para as populações do campo uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas para um novo desenvolvimento no campo. Com uma gestão compartilhada, a escola do campo ganha um caráter dialógico, flexível e dinâmico. A realidade dos sujeitos é o princípio e o fim da prática pedagógica. O estudo é relacionado ao trabalho e à diversidade do campo em todos seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, e poderá ser realizado em diversos espaços pedagógicos e tempos diferenciados de aprendizagem.

Para implementar esse modelo de escola no e do campo, na sua especificidade e por um novo trato no conhecimento e na organização do trabalho pedagógico, as diretrizes apostam nos processos de formação de profissionais qualificados, capazes tanto de entender as demandas apresentadas quanto de lhes proporcionar os meios necessários à implementação. Nos artigos 12º e 13º, a formação dos profissionais da educação do campo, de acordo com o artigo 67 da LDB, prevê um sistema de ensino à formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos formadores os seguintes componentes:

- respeito à diversidade cultural e aos processos de interação e transformação existentes no campo brasileiro;
- efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social de vida individual e coletiva;
- acesso ao conhecimento científico e tecnológico, tendo por referência os princípios éticos e a democracia.

Isso supõe entre outros aspectos, superar a cultura da reprovação, da retenção e da seletividade, centrar a atenção nos níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, ético, cultural e profissional.

4 APRESENTAÇÃO

Em consonância com o esforço conjunto das instituições públicas federais para implementação de uma política nacional de Educação no e do Campo, a UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco apresenta à CAPES a proposta do projeto pedagógico do Curso de Especialização em Formação de Educadores no e do Campo, onde estão esboçados a justificativa (o contexto, os problemas, as conseqüências), as bases legais e os

objetivos, os referenciais metodológicos e as diretrizes curriculares organizativas e orçamentárias para o seu desenvolvimento.

A proposta visa formar especialistas para atuarem em escolas no e do campo no semiárido, fazerem a gestão de processos educativos na escola e em seu entorno e desenvolverem estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos críticos, autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para problemas inerentes à sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país. A sua implantação se dará em sintonia com as necessidades de organização curricular por áreas do conhecimento nas escolas no e do campo, bem como, pela necessidade de construir alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, consonante com as necessidades e a qualidade exigida pela dinâmica social.

A UNIVASF se propõe em particular a:

- Demonstrar a importância do projeto junto à comunidade acadêmica, destacando a necessidade de formar especialistas para o ensino básico no semiárido;
- Disponibilizar recursos humanos e infraestrutura material que garantam a exequibilidade e sustentabilidade da proposta;
- Promover o acompanhamento e avaliação do projeto;
- Explicitar a proposta teórica e metodológica das atividades de pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pelo estudante em suas comunidades de origem.

Assim, o Curso de Especialização na modalidade EaD proposto é uma ação estratégica que possibilitará aproximar os alunos do campo e da cidade, assegurando a especificidade da formação na diversidade sociocultural, mas sobretudo, o direito universal dos povos no e do campo a uma educação pública de qualidade.

5 JUSTIFICATIVA

A educação encarada como processo histórico e ligada a um contexto global, só pode ser significativa se focalizada em relação ao processo de desenvolvimento e ao seu sistema geral, que não se dá de forma autônoma, mas de modo fortemente condicionado pelo contexto no qual está inserida.

Entretanto, o que se verifica na prática, especialmente no campo, é um contingente de professores perplexos com as mudanças sociais decorrentes das inovações tecnológicas; alunos mal informados; escolas sem as condições adequadas de funcionamento e sem uma visão clara da sua função social. A tudo isso devem ser acrescidas as desigualdades em evasão, repetência, anos de escolaridade e a não formação digital, que tornam a população incapaz de oferecer à sociedade o suporte necessário para o desenvolvimento das atividades produtivas, políticas e socioculturais. Esta situação tem suas raízes no passado. Embora toda a estrutura da sociedade colonial brasileira tenha tido sua base no rural (as cidades até 1888 não passavam de

pequenos “arraiás” os fazendeiros ou “coroneis” que ocupavam as posições mais importantes do país - pouco totalmente dependentes do campo), a sociedade dominante - a oligarquia agrária do Brasil Colônia, valorizava os trabalhadores do campo, e não via necessidade nenhuma de cuidar de uma educação escolar. Assim, a educação rural no Brasil sempre representou uma fatia pequena e marginal nas preocupações do setor público.

Só a partir de 1930 é que se observou uma preocupação do governo em reformular a dependência estrutural que caracterizava o subsistema econômico brasileiro na época, ao se iniciar um incipiente processo de industrialização. Com o seu aceleração a partir de 1955 e maior intensificação a partir de 1970, as mudanças nesta política para o setor começaram a ocorrer, embora de forma inadequada, por não contemplar as aspirações da população. No quinquênio 1980 – 1985, o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto declarou a educação no meio rural como prioritária e anunciou uma prática pedagógica voltada para esta realidade.

Apesar disso, esta educação vem sendo negligenciada e, quando atendida, é feita nos moldes da educação urbana. Pois é grande o distanciamento entre o ideal da educação concebido na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que abrange um processo dialógico, criativo, participativo, holístico e formativo, e a prática pedagógica vivenciada nas escolas do meio rural.

Marques & Guenther (1998), citados por Celiari (2000), afirmam que “(...) a escola instalada em zona rural, é uma instituição postiça, freqüentada por jovens de origem rural e manejada por professores de formação, origem e residência urbana, lidando com um conteúdo estranho à cultura e à vida rural”, ou seja, uma escola que estando lá, está fora dali. Com conteúdos tão distanciados do seu cotidiano, o desinteresse pelas aulas materializa-se em fuga da escola por parte do aluno, perpetuando assim a evasão, a repetência e, como consequência, as altas taxas de analfabetismo no país, a despeito da ação governamental em universalizar o acesso à educação.

Mesmo para as famílias que mantêm os seus filhos nessa escola, os resultados finais apresentam-se desanimadores, porque os jovens nem se preparam para concorrer às posições existentes no mercado em situação de igualdade com aqueles oriundos das escolas urbanas, tampouco se qualificam para transformar a sua realidade no campo, dada a inconsistência do currículo ali vivenciado.

Vale grifar em particular a falta de sintonia entre os assuntos abordados em sala de aula e a realidade do aluno, o que tem provocado sua falta de interesse, e mesmo a sua recusa em deles se apropriar, pela ausência de significados de tais conteúdos para a sua vida.

É essa contextualização que tem dado significação ao ensino, permitindo ao aluno compreender porquê e para quê se aprende, já que o seu currículo está voltado para competências e não apenas para conteúdos. É papel da escola valorizar a identidade cultural e histórica do aprendiz, para que ele se faça um sujeito coletivo empenhado em projetos solidários. Para tanto, necessário se faz um redimensionamento da sua relação com a comunidade, da relação dos

professores com os alunos e destes com os professores.

A escola no e do campo contextualizada também tem um grande potencial na perspectiva do desenvolvimento territorial – território, aliás, cujo valor ecológico é cada vez mais reconhecido. Enquanto o serviço oficial de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento de cada estado brasileiro tem um número cada vez mais reduzido de técnicos e infraestrutura sucateada – elementos impeditivos para se atingir maior número da população com as inovações científicas – a quantidade de escolas em cada município é crescente, por determinação da própria LDB que lhe atribui a responsabilidade de ministrar o ensino básico.

Se a disseminação das informações metodológicas e tecnológicas passar a ser feita via temas transversais nos currículos escolares, as transformações no campo poderão ocorrer em menor tempo e de forma mais efetiva, assegurando, inclusive, a permanência do jovem no seu lócus. Pensada assim, a educação pode ser um mecanismo capaz de promover o desenvolvimento local, na medida em que procura desenvolver a consciência crítica do sujeito frente às suas necessidades e interesses, numa concepção global da realidade.

Como pode ser observado, a educação no e do campo também tem grande potencial para assumir a tarefa de energizar e empoderar as famílias na promoção de seu próprio desenvolvimento, porque, a magnitude e complexidade dos problemas rurais ultrapassam as possibilidades de serem solucionados apenas pelo poder público e exigem, dentre outras estratégias, que as famílias dos agricultores se tornem mais auto-suficientes. Porém muitas dessas famílias não poderão sê-lo, por não possuírem os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para protagonizarem o seu próprio destino. A gravidade dessa situação, na ótica de Lacki (2002), é que *“a ineficiência do fator de produção mais abundante que é a mão de obra, incide negativamente na produtividade dos demais fatores que geralmente são escassos, como a terra, os animais, os insumos, as máquinas e outros”*.

No caso da região semiárida, todo esforço levado a efeito pelas pesquisas no sentido de provocar transformações na sua economia e no seu povo, tem sido irrelevante, especialmente quando se toma como referência o nível de desenvolvimento e a participação do agricultor familiar rural, tanto aquele que atua em áreas de sequeiro, como o das áreas irrigadas dos perímetros públicos. No entanto, a quantidade de informações geradas sobre diferentes aspectos do complexo agropecuário que se desenvolve na região pelas mais diversas instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento é enorme. Tais informações poderiam operar grandes modificações na região, tanto no que diz respeito às tecnologias de convivência com o semiárido, quanto às tecnologias de irrigação.

Daí porque é essencial preparar os indivíduos a entender o sentido das mudanças propostas, aceitá-las ou adaptá-las em função de seus próprios valores e estratégias. Com a mesma compreensão, desde o século passado Rodrigues (1997), já explicava que preparar culturalmente os indivíduos significa possibilitar-lhes a visão de mundo presente na sociedade, para que possam

“agir – aderindo, transformando e participando da mudança dessa vida”. A formação da consciência crítica dos indivíduos não se dá quando se passa para eles um discurso abordando o tema, mas quando este se incorpora às suas expectativas de vida, de trabalho e de integração social. A educação, nesse sentido, é pensada como espaço para a construção da cidadania.

Em um cenário assim, é possível inferir a necessidade de ampliação do conceito de educação, onde não fique ele restrito apenas ao processo de ensino-aprendizagem no interior das unidades escolares formais, mas possa ser transposto dos limites escolares para os espaços da casa, do lazer, do trabalho, do associativismo, por ser hoje vital que a diversidade histórico-cultural e o reconhecimento do outro, sejam metas na formação dos sujeitos enquanto cidadãos.

A participação da comunidade de forma cada vez mais ativa na gestão dos assuntos públicos surge hoje como uma exigência crescente. O avanço da democratização criou condições de livre organização e expressão, que garantem uma consolidação efetiva da participação comunitária sobre as formas organizativas tradicionais.

Impossível pensar uma escola rural que contribua para a realidade do campo, sem um projeto que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico da população que tem na agropecuária a sua principal atividade geradora de trabalho e renda. Por exemplo, no meio rural o associativismo / cooperativismo deveria ser a forma mais viável de ampliação do poder de barganha dos agricultores no mercado. A educação associativista/cooperativista, portanto, é uma necessidade para a sua formação e conscientização no âmbito da cidadania e dos princípios e valores que constroem a identidade cooperativista.

Como diz Santos (2022), *é interessante pensar o associativismo como forma de organização social que pode significar a possibilidade de um elenco de movimentos emancipatórios, que buscam alternativas econômicas de sobrevivência das categorias mais pobres, desde que, para tanto, seja engendrada uma nova engenharia de ação coletiva, novas formas de representação política, mas sobretudo a combinação de outras formas de cooperação, o que certamente demanda capacitação permanente dos sujeitos a ele vinculados.*

Ao analisar esse assunto, Garcia (2021), sugere como ponto de partida para a escola enquanto instituição formadora, construir uma proposta prático-teórica de pedagogia libertária que “assuma a responsabilidade de democratizar a cultura universal (...) e democratizar a cultura nacional popular”, articulando, no mesmo processo, os saberes práticos do mundo do trabalho e da cultura locais, com os conhecimentos histórica e socialmente produzidos. Se a escola por si só não modifica a realidade, os agricultores familiares já começam a perceber que é através dela, da formação básica, técnica e superior que os seus filhos podem encontrar, ao invés de emprego na cidade, trabalho no campo e, mais do que isso, pela escolarização eles próprios poderão compreender novas formas de organização do trabalho, rever as suas práticas e desconstruir concepções até então responsáveis pelo atraso do seu ingresso no processo de desenvolvimento.

Na mesma direção, Freire (1999), defende a escola emancipatória, libertária, onde o

homem aprende a ser sujeito de si mesmo e da sua história. Para vivenciar este grande objetivo da educação, é preciso ir além dos conteúdos e trabalhar atitudes, valores e, fundamentalmente, o desenvolvimento da pessoa humana. Trata-se, vale a pena repetir, de um novo modo de promover o desenvolvimento, onde as próprias comunidades encontram formas de suprir as suas necessidades investindo na sua vocação, fomentando o intercâmbio externo através da cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, ampliando, assim, as oportunidades locais de geração de renda e trabalho.

É o que tem sido denominado capital social, cujos valores como solidariedade e parceria, dentre outros, formam um ambiente específico de convivência, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O Banco mundial (2022), atribui ao capital social e ao capital humano dois terços do crescimento econômico dos países.

Baseado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no e do Campo e na necessidade de ações imediatas, tendo como princípio a auto- organização dos educandos e educadores com vistas à construção de políticas públicas “*para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável*” (DOEBEC: Art.4), considera-se que:

- A Educação no e do Campo é direito social e política pública, *que proporciona a todos a humanização e a plena consciência dos direitos, e ainda, que a educação escolar constitui um direito social* e cabe ao Estado garantir as condições e os recursos para a sua efetivação;
- Os Estados localizados na região semiárida do Brasil apresentam índices alarmantes em relação à educação e em especial a exclusão de crianças e jovens do campo, demonstrando a necessidade de inclusão dessa população nas políticas públicas educacionais.
- Possui profissionais de áreas diversificadas capazes de formar profissionais da educação para o campo, com competências para transformar a realidade presente.

6 MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DOS ATORES ENVOLVIDOS

a. Universidade Federal do Vale do São Francisco

- Elaborar e executar, em conjunto com as Entidades, Movimentos Sociais, Secretarias e Comunidade Universitária o Projeto Pedagógico do Curso;
- Deliberar a criação do curso nas instancias responsáveis da universidade para apreciação e julgamento do mérito;
- Identificar, em conjunto com os parceiros, demandas de atendimento e do processo seletivo de ingresso no curso;
- Quantificar e qualificar a demanda;
- Disponibilizar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da proposta;

- Organizar o quadro docente responsável pela formação;
- Estabelecer parcerias necessárias à execução do projeto.

b. Secretarias municipais de educação

- Mobilizar os educadores do campo para participação no processo seletivo e possibilitar sua participação;
- Participar na organização do trabalho pedagógico;
- Participar do acompanhamento pedagógico do projeto;
- Participar das discussões sobre currículo;
- Sugerir temas transversais a serem trabalhados;
- Disponibilizar as suas estruturas educacionais como campo de estágio

c. CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

- Aprovar a realização do Curso;
- Disponibilizar os recursos financeiros para a sua realização;
- Atuar conjuntamente no acompanhamento do curso;
- Avaliar a qualidade do mesmo

7 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Para superar o antagonismo entre a cidade e o campo, estes devem ser vistos como partes mutuamente complementares, compondo o todo nacional. Superar essa hierarquização que coloca a cidade acima do campo significa destruir os resquícios da herança histórica da sociedade escravocrata na qual o campo era ocupado maciçamente pelos trabalhadores negros escravizados e brancos pobres, ocupados na produção agrícola e pastoril.

As mudanças de paradigma da educação rural para educação no e do campo não acontecem exclusivamente pela análise da escola rural, mas também, da crítica ao processo conservador de modernização para o campo defendido pelo poder político e pelas elites agrárias. A educação no e do campo é incompatível com o modelo de desenvolvimento capitalista que combina latifúndio e agronegócio, pois estes são os principais responsáveis pela exclusão e morte dos camponeses. A educação no e do campo numa nova perspectiva está associada à reforma agrária, agricultura camponesa e a agroecologia.

A visão do campo como espaço social perene motiva uma base conceitual pedagógica identificada com o movimento de vida, produção e simbolismo humano dos povos do campo, calcada no sentido do pertencimento cultural. Não se pretende com isso fixar artificialmente a

pessoa no campo, mas provocar um olhar crítico, capaz de traduzir os direitos e possibilidades, para assim orientar opções de vida. Esse pensamento tem como orientação o cumprimento do direito ao acesso universal à educação e à legitimidade dos processos didáticos localmente significativos, somado à defesa de um projeto de desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Neste projeto de desenvolvimento, a escola no e do campo tem um papel estratégico. A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial, étnica e intergeracional. Pensar a educação na relação com o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da idéia de que o local, o território pode ser reinventado através das suas potencialidades (MEC, Referências para uma política nacional de educação no e do campo - Caderno de Subsídios, 2005).

Nisto está em questão o tipo de escola, o projeto educativo que ali se desenvolve e o vínculo necessário dessa educação com estratégias específicas de desenvolvimento humano e social do campo, e de formação de sujeitos integrais. Significa materializar na escola, uma capacidade reflexiva-crítica da realidade social e contraditória. Significa redimensioná-la para participar do projeto social do campo, transformando as relações sociais em espaços de discussão para que se debatam os fundamentos de uma nova ordem de mudança, de valores e cultura da *práxis*, que se contraponha aos valores da escola capitalistas e produza atitudes de solidariedade, justiça e igualdade.

Na reflexão do campo em movimento a partir das conferências nacionais encontram -se compromissos a serem aplicados a todas as formas e modalidades de educação que se orientem pela existência do campo como um espaço de vida, porque consideram o campo ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. Fundamentam ainda que uma política de educação precisa explicitar a igualdade entre campo e cidade e, a partir dessa compreensão, criar relações de horizontalidade nas formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de conhecimento. Nisto está o princípio maior da Educação do Campo - um direito social de qualidade para todos.

Nesta dimensão, é preciso compreender o projeto pedagógico como fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, com ações necessárias à construção de uma realidade diferente. Só assim serão rompidas as resistências em relação a novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por essa proposta, pois só assim terão uma postura comprometida e responsável. Trata-se, portanto, da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia.

Caldart (2004), em minucioso estudo sobre os elementos que levariam a construção do projeto político pedagógico para as escolas do campo, observa que esta construção precisa ser gestada a partir do ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta das suas organizações, o que significa pensar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos e

culturais de um determinado grupo. Ou seja, a Educação no e do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos *para* ele.

Assim ao esboçar os elementos necessários para a construção do projeto pedagógico na construção de uma escola do campo, é importante pautar o currículo e o trabalho pedagógico pelos princípios e diretrizes da política Nacional de Educação no e do Campo e das Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as escolas do campo, construídos ao longo dos anos pelos movimentos de luta que são:

1. **Filosóficos** - dizem respeito à visão de mundo e às concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e à educação:
 - a. Educação para a transformação social;
 - b. Educação para o trabalho e a cooperação;
 - c. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
 - d. Educação com/ para valores humanistas;
 - e. Educação como um processo permanente de formação e transformação humana.
2. **Pedagógicos** - se referem ao jeito de fazer e pensar a educação para concretizar os próprios princípios filosóficos:
 - a. Organização dos componentes curriculares por áreas de conhecimento e trabalho pedagógico interdisciplinar, de modo que os estudantes/educadores possam vivenciar na prática de sua formação a lógica do método para o qual estão sendo preparados;
 - b. Combinação metodológica entre processos de ensino e de formação - processos, metodologias e postura docente que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos estudantes em suas práticas educativas e em suas vivências sócio- culturais;
 - c. Humanização da docência, superando a dicotomia entre formação do educador e formação do docente;
 - d. Visão de totalidade da Educação Básica;
 - e. Consideração da realidade como base da produção do conhecimento – a prática social como ponto de partida e chegada;
 - f. Conteúdos formativos socialmente úteis;
 - g. Educação para o trabalho e pelo trabalho – trabalho enquanto princípio educativo;
 - h. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; entre processos educativos e processos econômicos; entre educação e cultura;

- i. Gestão democrática;
- j. Auto-organização dos educandos;
- k. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores;
- l. Atitude e habilidade de pesquisa, atreladas à indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão;
- m. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

8 OBJETIVOS

Pretende-se que os principais beneficiários desta proposta sejam professores portadores de diploma de nível superior que atuam na área de educação no semiárido. Neste contexto, são objetivos do Curso:

Geral

Formar professores para atuarem no ensino básico em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que trabalham e vivem no e do campo, na diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizá-la como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento social.

Específicos

- a.** Formar educadores especialistas para atuação na Educação Básica em escolas no e do campo aptos a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país.
- b.** Garantir uma reflexão/elaboração pedagógica específica sobre a educação para o trabalho, a educação técnica, tecnológica e científica a ser desenvolvida especialmente na Educação Básica.
- c.** Desenvolver estratégias de formação para a docência multidisciplinar em uma organização curricular por áreas do conhecimento nas escolas do campo, na perspectiva da convivência com o semiárido.
- d.** Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a necessidade e a qualidade exigida pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem.

- e. Estimular na UNIVASF ações articuladas de ensino, de pesquisa e de extensão voltadas para demandas da Educação no e do Campo.

9 PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO, NÚMERO DE VAGAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O Curso se dirige a professores que atuam regularmente na rede pública de ensino e vagas da ampla concorrência, conforme edital específico de seleção.

A seleção será para 150 vagas de ingresso no curso de Especialização em Educação no e do Campo e se dará por seleção realizada pela Secretaria da Educação a Distância-SAED, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, por meio de edital específico.

10 TITULAÇÃO - COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS

O curso irá conferir aos formandos o diploma na modalidade de Especialista em Educação no e do Campo para o Ensino Básico.

O Curso será desenvolvido de modo a formar educadores para atuação na Educação Básica em escolas no e do campo, aptos a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento do campo.

Espera-se deles a compreensão dos processos específicos de produção dos coletivos do campo na diversidade de gênero, geração étnico-racial e de ecossistema; história, valores, cultura, saberes, sujeitos coletivos; capacidade e iniciativa na solução de problemas concretos; capacidade de organização e planejamento de uma intervenção coletiva em determinada realidade; compreensão e análises do fenômeno educativo e de seus determinantes filosóficos, antropológicos, sociais, políticos, psicológicos, culturais e econômicos; apreensão dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos que delimitam/influenciam a formação do desenvolvimento humano e o significado das relações de poder que se reproduzem no cotidiano; apreender normas e políticas de interesse da educação, os processos de planejamento, a gestão e a avaliação da educação; abordagem do conhecimento articulada aos diversos saberes - construir prática pedagógica que busque no cotidiano da sala de aula romper com a fragmentação das diferentes disciplinas que dialoguem com a realidade social e cultural dos educandos/as; articulação dos tempos e espaços pedagógicos de aprendizagem: tempo escola e tempo exercício profissional; apropriação pelos profissionais da educação das tecnologias de informação e comunicação; organização de uma prática avaliativa formativa; uso de material didático com suportes variados; fluência na comunicação oral e escrita; desenvolvimento, ao

longo do curso, uma monografia com temática que articule sua prática profissional na educação do campo e a reflexão teórica desenvolvida na formação; estímulo e avaliação da produção textual dos educandos/as, iniciação à pesquisa; desenvolvimento de instrumentos e mecanismos de gestão participativa.

11 PERFIL DO EGRESSO

Profissional preparado para atuar de forma crítica, comprometida e transformadora nas realidades das populações do meio rural, respeitando e valorizando suas identidades, culturas, saberes e modos de vida. O profissional egresso do Curso de Especialização no e do Campo deverá apresentar as seguintes características:

- Formação teórica sólida, ampla e consistente, com visão contextualizada dos conteúdos de sua área de atuação;
- Compreender e aplicar os processos transformadores de aprendizagem interdisciplinares estratégicos durante o curso;
- Profissional capaz de promover uma educação que enfrente as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais vividas nas zonas rurais;
- Profissional que fortaleça os processos educativos que visem a autonomia, a organização coletiva e a participação ativa das comunidades do campo na transformação de sua realidade;
- Promova práticas pedagógicas que dialoguem com os saberes e as necessidades do campo.

12 REGIÃO BENEFICIADA PELO CURSO ESPECIALIZAÇÃO

O curso será ofertado pela Secretaria de Educação a Distância da Univasf, mediante a Polos de Apoio Presenciais distribuídos entre regiões do estado da Bahia e do Pernambuco, como Capim Grosso-BA, Cedro-PE, Juazeiro-BA, Serrinha-BA, Sobradinho-BA e Tabira-PE. Todas essas regiões estão situadas no semiárido do nordeste do brasileiro.

De acordo com dados do INSA (2025), o Semiárido Brasileiro se estende pelos nove estados da região Nordeste e também pelo norte de Minas Gerais. No total, ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), sendo um dos semiáridos mais povoados do mundo.

O percentual de população rural é superior à observada para a região Nordeste em geral (Castro, 2025). De acordo com estimativa do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), a população rural do semiárido é de, aproximadamente, 10,64 milhões de habitantes.

A população rural que vive no Semiárido tem um papel fundamental no desenvolvimento dessa região, no contexto social, cultural, ambiental, econômico e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma essa região precisa ser valorizada e fortalecida, com acesso a políticas públicas, educação contextualizada e tecnologias sociais apropriadas.

13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Pressupostos para a organização curricular

Com relação ao trato com o conhecimento:

- A apropriação dos conteúdos pelos educandos deve ser entendida como direito de acesso ao conhecimento historicamente construído pela humanidade. Esta apropriação consiste em dar subsídios aos educandos para criação de estruturas de pensamento que lhes permitam refletir sobre uma lógica de sociedade que valorize o trabalho coletivo e suas formas de organização;
- Integrar a proposta ao contexto social dos educandos, ou seja, identificar quais são as aprendizagens sociais significativas para eles;
- Considerar os dados da realidade;
- A relevância social dos conteúdos, articulando com o projeto da classe social do conjunto dos seus estudantes;
- Adequação das possibilidades sociocognitivas dos envolvidos;
- Aprofundamento no conhecimento das bases teóricas;
- Totalidade no trato com o conhecimento.

Estratégias

- Tempo pedagógico necessário para as aprendizagens;
- Objetivos e critérios para seleção de técnicas e as relações humanas no trabalho pedagógico para a produção do conhecimento;
- Ser pesquisador permanente;
- As condições de trabalho para a produção de conhecimentos;
- Alterar o processo de trabalho sempre que necessário;
- Desenvolvimento metodológico fundamentado teoricamente;
- Prática pedagógica qualitativamente comprometida;
- Metodologia histórico-crítica-superadora.

Nesta experiência de especialização, a proposta consiste em trabalhar a educação integral por meio da organização curricular que tenha como base um Sistema de Complexos Temáticos com indicação de possibilidade para alterar a organização do trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento nos currículos escolares.

Através do Sistema de Complexos é possível se estudar os fenômenos sociais enfatizando sua possibilidade transformadora. Trata-se de penetrar nessa realidade e vivê-la, daí a necessidade de a escola educar os jovens conforme a realidade do momento histórico, compreendendo-a e, por sua vez, transformando-a. O Sistema proposto traz em si elementos concretos para superar as contradições presentes nos currículos como a dicotomia entre teoria e prática, a descontextualização de conteúdos, a perda da historicidade do conhecimento, a diluição e superficialidade do conhecimento, as formulações generalizadas e conceitos e a falta de aplicabilidade em situações concretas do conhecimento tratado.

O programa de ensino se orientará pelos “Complexos”, como possibilidade de produção coletiva, de respeito às especificidades locais e regionais; por ser significativo para toda uma comunidade; por apontar situações-problema para os sujeitos; por propor-se gerador de ação; por contribuir para que professores e estudantes, juntamente com a comunidade, produzam conhecimentos e assim compreendam a realidade atual; por respeitar os sujeitos que na escola e na sociedade interagem. Baseia-se na compreensão democrática da educação. Aqui, o educador interfere e não se omite, e o outro, o educando, também é sujeito nessa intervenção, alterando-se relações didáticas autoritárias e consolidando uma nova organização do trabalho entre educador e educando na produção do conhecimento.

O trabalho pedagógico organizado a partir dos Complexos Temáticos provoca o olhar particular de cada área do conhecimento em situações problemáticas concretas, numa perspectiva espiralada onde ocorrem as constatações, sistematizações, generalizações, explicações científicas, experimentações, ampliação, aprofundamento e a transformação do real pela ação coletiva. O seu foco central, portanto, é o fenômeno extraído da realidade, problematizado de forma ampla o suficiente para permitir o trânsito entre as diferentes percepções de mundo trazidas pela comunidade.

Essa metodologia permite ainda a construção de espaços pedagógicos de aprendizagem para além da sala de aula: tempo escola, tempo do exercício profissional e tempo comunidade, trabalhando as dimensões da formação humana. Importante ainda é organizar práticas avaliativas formativas em todos os tempos e espaços vivenciados, abrangendo aspectos qualitativos e quantitativos.

No projeto de especialização para educadores no e do campo, os Sistemas de Complexos Temáticos serão delimitados considerando a teoria que explica a ontogênese do ser social, propondo ações pedagógicas que alterem as condições objetivas de produção da existência

humana e da educação no marco do capital. A proposta inicial é estudar relações, nexos e determinações entre:

- O ser humano e sua relação com a natureza / mudanças climáticas;
- O ser humano e sua relação com o trabalho;
- O ser humano e as relações com a sociedade;
- O ser humano e a educação;
- O ser humano e a sua convivência com o semiárido.

A partir destes complexos serão desdobrados os conhecimentos que garantam uma consistente base teórica e o desenvolvimento de habilidades e competências gerais do ser humano – científicas, pedagógicas, técnicas, éticas, morais, políticas e estéticas. Cada área de conhecimento deverá indicar os conhecimentos necessários para desenvolver o pensamento científico dos educandos, organizando-os em tópicos.

A partir desta estruturação por Complexos Temáticos, organiza-se o currículo base de cada área do conhecimento, levando sempre em consideração os nexos, as relações e as contribuições das especificidades do conhecimento historicamente construído para responder e tentar superar as problemáticas suscitadas pelos fenômenos sociais.

14 METODOLOGIA

A organização curricular do curso se dará através de núcleos de estudo que contemplem e articulem eixos de formação e prática de ensino: organização do trabalho pedagógico e trato com o conhecimento, objetivo-avaliação, tempo-espaco de ensino e aprendizagem, professor-estudante, trabalho e produção do conhecimento.

A organização dos componentes curriculares se dará por áreas do conhecimento e trabalho pedagógico interdisciplinar para a docência multidisciplinar, de modo que os estudantes-educadores possam vivenciar na prática de sua formação a lógica metodológica para a qual estão sendo preparados.

Será dada ênfase na pesquisa, como processo desenvolvido ao longo do curso e integrador de outros componentes curriculares, culminando na elaboração de um trabalho monográfico com defesa pública.

Serão adotados processos, metodologias e postura docente que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos educadores em suas práticas educativas e em suas vivências socioculturais.

A base curricular privilegiará alguns recortes temáticos da Educação no e do Campo ou aprofundamento do estudo de determinadas etapas e ou modalidades da Educação Básica.

A metodologia utilizada se apoia em alguns princípios básicos que são importantes para atuar nos campos da formação continuada/permanente de professoras/es da Educação Do e No Campo, a saber:

- compreensão de que cada povo/comunidade tem seu sistema educativo próprio e a escola é apenas mais um espaço do mesmo;
- professores/as, lideranças e comunidades são atores/autores de seus processos educativos;
- a formação de professores/as está associada à vida do povo/comunidade, ou seja, educação, territorialidade, subsistência, saúde, atividades produtivas fazem parte de uma mesma luta e dos mesmos processos vivenciados pelos povos do campo;
- a gestão do desenvolvimento do curso deve ser feita, portanto, de modo dialogado e compartilhado coordenação com as lideranças dos povos e comunidades.

Orientadas/os por esse entendimento, a metodologia de ensino adotará os seguintes procedimentos:

- articulação com outras áreas do conhecimento, além da Educação;
- incorporação dos saberes das populações tradicionais;
- realização de atividades coletivas;
- atenção e sistematização da voz e conhecimentos produzidos pelos/as populações, buscando compreender a historicidade e a racionalidade presentes;
- produção de um material teórico e pedagógico que apresente e explique as dinâmicas educacionais nas áreas ministradas no curso a partir das teorias da educação e decolonialidade. Por isso o curso tem cada um de seus quatro semestres uma disciplina de Prática de Pesquisa Orientada, cuja carga-horária deve ser cumprida in loco, nas escolas nas quais as/os cursistas atuam.

O contraste com as duas outras disciplinas do semestre, de natureza temática, evidencia a ênfase experimental do curso, que pressupõe um percurso formativo a ser desenvolvido singularmente por cada estudante tendo como referência, as questões que orientam seus projetos de pesquisa, necessariamente relativos às necessidades e demandas das escolas específicas, diferenciadas e interculturais que têm como desafio ajudar a efetivar.

Para a execução do Curso, são necessários os seguintes sujeitos e suas Respectivas atribuições:

Coordenador (a) de Polo – Servidor(a) da Secretaria Estadual de Educação do Estado onde o curso for implantado, lotado na unidade gestora regional de educação responsável pela gestão do polo, com conhecimento técnico dos recursos das tecnologias da informação e da

comunicação que são necessários para as atividades desenvolvidas no polo, tendo as seguintes atribuições:

- Supervisionar e articular as atividades desempenhadas no polo de apoio presencial, como orientações e avaliações presenciais; atividades laboratoriais; manutenção da estrutura física e logística do polo, garantindo a qualidade do serviço de biblioteca e laboratório de informática, dentre outras.
- Acompanhar o trabalho dos mediadores presenciais do polo.

Coordenador(a) de Curso

Profissional da área de educação, preferencialmente mestre ou doutor (a), com experiência mínima de 01 ano em ensino superior e EAD, sendo suas atribuições:

- Coordenar, avaliar e homologar a produção dos materiais didáticos desenvolvidos para o curso;
- Garantir a coesão dos pressupostos didático – pedagógicos do curso;
- Estimular o desenvolvimento de interações e relações interdisciplinares e transversais ao curso e aos componentes curriculares;
- Participar da definição do calendário acadêmico e da sugestão de agenda de trabalhos para os alunos;
- Acompanhar a dinâmica do curso, observando indicadores de evasão e avaliação;
- Promover ações de articulação e mobilização da equipe para a interação e integração da equipe de mediação pedagógica;
- Conduzir o processo seletivo para a escolha dos professores envolvidos no curso, presidindo a comissão formada para tal fim;
- Analisar e emitir pareceres acerca de procedimentos acadêmicos e administrativos associados ao curso;
- Atender a outras demandas do curso solicitadas pela Secretaria de Educação à Distância.

Coordenador (a) de Tutoria

Profissional da área de educação, preferencialmente mestre ou doutor (a), com experiência mínima de 01 ano em ensino superior e EAD, sendo suas atribuições:

- Participar das atividades de capacitação e atualização;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento de processos seletivos de tutores (as), em conjunto com o coordenador(a) do curso;
- Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- Verificar in loco o bom funcionamento do curso;
- Informar para o(a) coordenador (a) do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- Acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e

capacitação dos tutores envolvidos no programa;

- Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- Encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria;
- Atender a outras demandas do curso solicitadas pela Secretaria de Educação à Distância.

Professor (a) Formador (a)

Professor (a) graduado (a), preferencialmente mestre ou doutor (a) na área de conhecimento, com experiência mínima de 01 ano como docente do ensino superior e disponibilidade para dedicar-se a 20 horas semanais de atividades, sendo suas atribuições:

- Discutir e elaborar o Plano de Curso do componente curricular;
- Elaborar as atividades e apostilas necessárias para a disciplina pela qual é responsável;
- Montar a disciplina na plataforma EAD;
- Gravar e inserir as vídeo aulas;
- Sugerir uma agenda de trabalho para nortear a interação e dedicação dos alunos;
- Propor atividades à distância que favoreçam a autonomia e colaboração, visando à aprendizagem entre os sujeitos;
- Planejar e executar o processo de avaliação para seu componente curricular, contemplando avaliações presenciais e a distância;
- Participar das atividades presenciais previstas nos polos;
- Participar dos cursos de capacitação promovidos pela Secretaria de Educação à Distância;
- Enviar relatório mensal de atividades que ateste o cumprimento das atividades.

Tutor (a) online

Graduado (a) em educação especial e/ou pedagogia, preferencialmente com experiência em docência do ensino superior e obrigatoriamente com disponibilidade de 20 horas semanais para atuação on line, sendo suas atribuições:

- Acompanhar e intervir nas atividades on line propostas e avaliar os trabalhos dos alunos;
- Atender aos questionamentos dos alunos e auxiliá-los no desenvolvimento das atividades para atingimento dos objetivos do curso;
- Estabelecer contato direto com os demais sujeitos do processo de mediação para troca de informações, experiências e solução de problemas;
- Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, com a formação de grupos de estudos on line;
- Articular a participação dos estudantes do curso em eventos on line;

- Interagir com os tutores presenciais no acompanhamento do aluno;
- Auxiliar o professor formador no planejamento e execução do processo de avaliação para o seu componente curricular, contemplando avaliações presenciais e à distância;
- Enviar relatório de atividades mensalmente atestando o cumprimento das atividades

Tutor (a) Presencial – Graduado (a) em educação especial e/ou pedagogia, preferencialmente com experiência docente em ensino superior na referida área e obrigatoriamente com disponibilidade de 20 horas semanais para as atividades do curso, sendo suas atribuições:

- Prestar informações aos alunos sobre a organização e a estrutura do curso;
- Acompanhar encontros presenciais e avaliações;
- Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, com a formação de grupos de estudos presenciais;
- Acompanhar as atividades do polo sob a sua responsabilidade;
- Interagir com os tutores on line na discussão do desenvolvimento do aluno e de outras questões teóricas;
- Discutir com os professores formadores e a coordenação do curso, estratégias de permanência de alunos em potencial evasão;
- Emitir relatórios periódicos sobre o processo de mediação presencial para o coordenador (a) do polo, coordenadores (as) de cursos e professores formadores;
- Articular a participação dos estudantes do curso em eventos on line (seminários, simpósios, congressos, feiras, dentre outros) que aconteçam nas instituições de ensino superior nacionais;
- Participar dos encontros presenciais nos polos;
- Participar dos cursos de capacitação promovidos pela Secretaria de Educação à Distância;
- Enviar relatório mensal que ateste o cumprimento das atividades.

15 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DISCENTE

A avaliação dos/as alunos/as ocorrerá em função da participação e envolvimento nas atividades, presenciais e à distância; participação que encontrará como indicadores a realização das atividades desenvolvidas, grupal ou individualmente, em cada componente curricular.

A frequência discente mínima ao curso é de 75% (setenta e cinco por cento) de sua carga-horária total. Trata-se de pré-requisito parcial para a certificação às/aos estudantes que tiverem obtido sucesso em alcançar as notas necessária à aprovação. O controle de frequência será feito

pelo uso do diário de classe, cuja responsabilidade será do professor regente da disciplina.

16 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma atividade de integração curricular obrigatória do Curso de Educação no e do Campo e consiste de um trabalho final, abordando temas concretos da respectiva área de estudo, a ser elaborado pelo aluno, sob a orientação de um professor, por ele escolhido e, aprovado pelo coordenador do curso.

O TCC consiste na elaboração, pelo graduando, de um trabalho teórico ou teórico-prático que demonstre sua capacidade para formular, desenvolver e fundamentar uma pesquisa científica, de modo claro, objetivo, analítico e conclusivo, aplicando os conhecimentos e as experiências vivenciadas durante o Curso dialogando com a experiência docente.

O tema/problema do Trabalho de Conclusão de Curso deverá se relacionar com as temáticas estudadas no curso, de modo a contribuir para a reflexão teórica, o desenvolvimento de práticas e metodologias, podendo abranger desde estudos de diagnóstico, análises de intervenções até a proposição de políticas públicas na área. O texto poderá ser em formato de monografia ou artigo, sobre o tema desenvolvido

Os TCCs deverão ser desenvolvidos individualmente, como prova de autonomia intelectual do(a) estudante, respeitando as experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso.

Os TCCs serão apresentados, pelos(as) discentes, perante banca avaliadora formada pelo orientador e no mínimo mais dois examinadores com titulação mínima de mestre. Após a apresentação, análise e aprovação será depositado no repositório da Biblioteca da Univasf, seguindo as normas institucionais estabelecidas.

O certificado de Especialista será emitido pela UNIVASF ao aluno (a) que tiver atendido a todas as exigências normativas do curso.

17 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do processo ensino – aprendizagem é um componente que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes. Objetiva buscar a inclusão e não a exclusão dos educandos, daí que nesta proposta, o professor ao avaliar o aluno deve levantar dados, analisá-los e sintetizá-los de forma objetiva, possibilitando o diagnóstico dos fatores que interferiram no resultado da aprendizagem.

Nesse processo, a avaliação da aprendizagem é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos. Neste

sentido, a finalidade da avaliação é fornecer informações sobre o processo pedagógico, que permitam aos agentes escolares decidir sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto educativo definido coletivamente e comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno, convertendo-se, então, em um instrumento referencial e de apoio às definições de natureza pedagógica, administrativa e estrutural, que se concretiza por meio de relações partilhadas e cooperativas.

No curso de Especialização aqui proposto, a avaliação do processo ensino- aprendizagem nas etapas tempo-escola e tempo-comunidade será processual. Desta forma, serão contempladas:

- valiação diagnóstica, a fim de se constatar o nível de informação sobre as temáticas estudadas que o aluno já trouxe para o curso, facilitando desta forma a compreensão do seu grau de evolução entre os comportamentos de entrada e de saída relacionados aos conteúdos.
- Avaliação Formativa, aplicando no mínimo três instrumentos avaliativos, construindo assim um perfil aproximado do crescimento real obtido pelo aluno.
- A avaliação somativa, privilegiando a nota como forma de verificar se o aluno alcançou os objetivos pretendidos, considerando como prioridade a assimilação de conteúdo. (Campos, 2023).
- Auto-Avaliação, favorecendo a tomada de consciência pelo aluno do seu percurso de aprendizagem.

18 MATRIZ CURRICULAR E EMENTÁRIO

Os campos disciplinares deste Projeto Pedagógico do Curso, possibilitarão aos estudantes estabelecerem nexos e relações para a elaboração de sínteses que respondam as problemáticas significativas da formação e aos desafios colocados para a educação do campo.

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS (300 horas)

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução a Educação a Distância	30 h
Desenvolvimento da Agricultura Sustentável; História Ambiental e o impacto das mudanças climáticas no semiárido.	30 h
Sociologia Rural do Desenvolvimento	30 h

Educação no e do Campo: pressupostos, diretrizes; metodologia da alternância.	30 h
Metodologias Participativas	30 h
Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido	30 h
Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial Sustentável	30 h
Bioma Caatinga – características e uso racional dos recursos naturais; segurança alimentar a partir da seletividade das plantas da caatinga.	30 h
Economia solidária; boas práticas de sustentabilidade ambiental.	30 h
Práticas Reflexivas em Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do e no Campo	30 h

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (90 horas)

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Metodologia da Pesquisa Científica	45 h
Trabalho de Conclusão de curso	45 h

COMPONENTE: Introdução a Educação a Distância (30 horas)

EMENTA:

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010

COMPLEMENTAR

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed.

Universitária da UFPE, 2015

COMPONENTE: Desenvolvimento da Agricultura Sustentável; história ambiental e o impacto das mudanças climáticas no Semiárido (30 horas)

EMENTA:

História da Agricultura na Colônia. História da Agricultura no Império. História da Crítica Ambiental Luso-Brasileira. História da Crítica Ambiental no Império. História da Agronomia. Ruralismo. Desenvolvimento Sustentável. Mudanças Climáticas e o seu impacto na região semiárida.

PROGRAMA:

História da Agricultura na Colônia

Conquista e Exploração do Novo Mundo, A distribuição de terras, Terra e colonização no Brasil Colônia, Gestão dos escravos, saberes africanos e tratados agronômicos, O açúcar colonial e a disputa pelas matas da Bahia, Entre engenhos, minas e florestas.

História da Agricultura no Império

Além de latifúndio, monocultura e escravidão: economia brasileira no século XIX. Auge e definhamento do escravismo. A Lei de Terras e a centralização monárquica.

História da Crítica Ambiental Luso-Brasileira

Intelectualidade e crítica ambiental: a ilustração luso-brasileira. Viagens filosóficas: a filosofia natural como política. Economia geral da natureza e pública utilidade.

História da Crítica Ambiental no Império.

As Ciências e as Matas do Brasil na construção do Estado Nacional. Hegemonia e ciência: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Hegemonia e ciência: os Imperiais Institutos de Agricultura. A vertente não-abolicionista da crítica ambiental. A vertente abolicionista da crítica ambiental.

Ruralismo, hegemonia e ciência

A Sociedade Nacional de Agricultura (1897-1930). O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906-1930). Um campo agrônomo em perspectiva comparada: educação e ciência em Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. (1900-1950). Modernização da agricultura e questão rural no Brasil (1950-1990);

Mudanças Climáticas. Fundamentos científicos das mudanças climáticas. Os impactos das mudanças climáticas no Brasil. Aquecimento Global: suas causas e consequências. Neutralidade do carbono. Desertificação e os seus impactos na produção de alimentos. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Acordos internacionais sobre o clima.

BIBLIOGRAFIA:

BAIARDI, Amílcar. “O Papel do Imperial Instituto de Agricultura na Formação da Comunidade de Ciências Agrárias da Bahia, 1859-1930”. In **Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia** (7.: 1999: São Paulo) VII Reunião de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. Anais/José Luiz Goldfarb & Márcia H. M. Ferraz (orgs.). São Paulo: EDUSP: EDUNESP: Imprensa Oficial do Estado: SBHC, 2001.

DANTES, Maria Amélia M. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930** – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

LINHARES, Maria Yeda. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 2017.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. **O Sertão vai virar Campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937)** / Rosana Soares de Lima Temperini. - Rio de Janeiro: 2013.

COMPONENTE: Sociologia do Desenvolvimento Rural (30 horas)

EMENTA:

Estudo do processo de formação da sociedade brasileira a partir do papel desempenhado pelo campo. Destaque para compreender o campo como espaço antagônico de modelos de desenvolvimento implantados no país.

PROGRAMA:

As oligarquias rurais e os modelos de desenvolvimento implantados no Brasil; O campo brasileiro: espaço de projetos de desenvolvimento; A sociedade camponesa no Brasil: formação histórica; Os movimentos sociais do campo: gênese e atualidade; A sociedade

brasileira e os movimentos sociais do campo; Tópicos da formação social do campesinato no Brasil; Os principais elementos que caracterizam a questão no campo na atualidade brasileira; As relações entre cidade e campo; Questões atuais da produção no campo: agronegócio, agricultura familiar, agricultura ecológica, demandas emergentes.

BIBLIOGRAFIA:

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 48ª ed. Global, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

SANTOS, Milton. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil, v.3: programas de reforma agrária - 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

COMPONENTE: Educação no e do Campo: Pressupostos, Diretrizes; Metodologia da Alternância (30 horas)

EMENTA:

A partir do surgimento dos Movimentos Sociais de luta organizada do campo, problematizar as demandas, as concepções e princípios para a educação presente no Projeto de educação dos trabalhadores, questionando sobre as contradições e possibilidades, tanto das propostas de políticas para a formação de educadores, quanto das experiências de escolarização e a política pública para o campo. Discutir as concepções de currículo para a formação de educadores para atuação nas escolas do campo.

PROGRAMA:

Contexto da Educação no e do Campo no Brasil - O Campo da Educação do campo. Histórico da educação do campo. Concepção de educação, educador de escola do campo. Movimentos Sociais de luta pela Educação do Campo. Estudo das Práticas

educativas dos movimentos Sociais de luta pela Terra da Educação do Campo. Política de Educação e de formação dos Professores do Campo. Análise sobre a Educação Rural nas Constituições Brasileiras e na Legislação Educacional. Estudo do PARECER nº 36 e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

BIBLIOGRAFIA:

ARROYO, M. A educação básica e o movimento social do campo. In: FERNANDES, Bernardo MANÇANO, B.; Arroyo, M. **Por uma educação básica do campo: a educação Básica e o movimento social do Campo**. V.2.Brasília, 2019.

ARROYO, **Paulo Freire e o Projeto popular para o Brasil**. Coleção dos Lutadores do povo, Paulo Freire um Educador do Povo. São Paulo: MST, 2019.

BRASIL.CNE/CEB. **Resolução CEB nº 01, 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação do campo.Brasília, DF, 03 de Abril de 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB n.3, 2001. Parecer das Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do campo**. Brasília, DF, 2001. CNDRS. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2ª. Versão do PNDRS, Brasília, DF, 2002.

CALDART, Roseli Salete . A escola no e do campo em movimento. In: **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, v 1. Brasília: CNBB,MST, UNICEF e UNB, 2018.

CALDART. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes,2000.

CALDART. **Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras do MST**. Petrópolis: Vozes,1997

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2020.

KOLLIING, Edgar, Nery, MOLINA, Monica Castagna (orgs). **Por uma educação básica do Campo**. V.1. Brasília, 1999.

COMPONENTE: Metodologias Participativas - (30 horas)

EMENTA:

O desenvolvimento sustentável e a participação. Modelos de gestão pública. Experiências de gestão pública na agricultura. Metodologias participativas e construção de gestão compartilhada. Elaboração de projetos sociais. Orçamento participativo.

PROGRAMA:

Participação: definição e características; Sociedade, estado e participação; Democracia e Gestão pública; Modelos de metodologias de gestão participativa. Estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA:

AVRITZER, L. **O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico**.Disponível em :<https://www.ces.uc.pt/ces/cursoop/materiais/.pdf> Acesso em junho de 2023.

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático.** Opinião Pública, Jun, vol.14, no.1, 2008, p.43-64.

BANDERIA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2009

LÜCHMANN, L. H. H. **Participação e representação nos conselhos Gestores e no BORDENAVE, J. E. D. O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1983. 84 p. (Coleção primeiros passos 95).

BROSE, M. (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021, p.253

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** São Paulo, Cortez editora, 2018.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. Saúde e Sociedade, Volume: 13, Número: 2, 2014.

orçamento participativo. Salvador: Caderno CRH, vol. 21, nº 52, 2018, p.87-97. SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: **papel do orçamento participativo.** São Paulo em perspectiva, 15(4) 2021, p.85-97.

SPINK, P.; CLEMENTE, R. (Orgs.). **20 experiências de gestão pública e cidadania.** Rio de Janeiro, FGV, 2017.

COMPONENTE: Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido (30 horas)

EMENTA:

Conceitos de Tecnologia Social e de Desenvolvimento Sustentável. Tecnologias alternativas e tecnologias sociais. Economia solidária e tecnologia social. Agroecologia e Tecnologias sociais. Tecnologias sociais e o desenvolvimento do Semiárido: perspectiva de transformação social.

PROGRAMA:

Apresentar os conceitos de Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável, contextualizando-os para a convivência com o Semiárido, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social.** Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (org.). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013. 232 p.

CARON, P & SABOURIN, E (EDS), **Camponeses do Sertão.** As Mutações Das Agriculturas Familiares No Nordeste do Brasil. Brasília/Montpellier: Embrapa/Cirad, 2003.

DRUMMOND, M.A. (coord.). **Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da caatinga.**

Petrolina, PE: EMBRAPA/CPTSA, 2000. 23p.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

MANZONI, J. **Estratégias de manejo utilizando indicadores de sustentabilidade**. S.l: Agrolivro, 2005, 135p.

RODRIGUES, Rafael Sousa. **O caminho das águas: políticas públicas e tecnologias sociais de convivência com o semiárido brasileiro**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. Recurso digital. ISBN 978-65-5840-428-6

SILVA, Christian Luiz da; Souza-lima, José Edmilson de. (orgs.) **Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Mayra Soares; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. Tecnologias sociais contextualizadas para a convivência com o semiárido: dialogando com os sujeitos. **Revista da Universidade do Estado da Bahia**, Guanambi, BA, 2021.

SOUZA, Nadjá Gláucia de Melo; SILVA, Jeneilson Alves da; MAIA, Josemir Moura; SILVA, Jairo Bezerra; NUNES JÚNIOR, Edivan da Silva; MENESES, Carlos Henrique Salvino Gadêlha. Tecnologias sociais voltadas para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró, v. 12, n. 3, p. 56–63, 2016. ISSN 1983-4209.

UALDANI, Carla; FERNÁNDEZ, Luz; GUILLÉN, Maria Luisa. **Convivência com o semiárido brasileiro**: reaplicando saberes através de tecnologias sociais. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS/ Editora IABS, 2015.

VENTURA, Andréa Cardoso; FERNÁNDEZ, Luz; ANDRADE, José Célio Silveira. Tecnologias sociais para enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido: caracterização e contribuições. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 44, supl. esp., p. 179–200, 2013.

COMPONENTE: Sociedade, meio ambiente e desenvolvimento territorial sustentável (30 horas)

EMENTA:

A disciplina pretende abordar de forma interdisciplinar temas da sociedade contemporânea e da ciência ambiental, possibilitando aos educandos a compreensão do meio em que vivem e os condicionantes da interação dos humanos com o processo de desenvolvimento sustentável. O profissional com esta formação poderá atuar no subsídio à elaboração de políticas de gestão ambiental nos setores públicos e privados, nos projetos de pesquisa, em empresas de consultoria e prestação de serviços, como na colaboração à preservação do meio ambiente, apresentando habilidades para promover ações pela sustentabilidade do meio ambiente.

PROGRAMA:

Concepções Histórico-Filosófica- Sociológicas do Desenvolvimento SócioAmbiental. Meio

Ambiente, Gestão Ambiental e Qualidade de Vida. Desenvolvimento Sustentável: um conceito em construção. Administração e Gestão Ambiental urbana / rural e sua relação com o Desenvolvimento Sustentável. Ética, Cidadania e Meio Ambiente. Responsabilidade Social. Direito Ambiental e Legislação. Perícia, Auditoria, Licenciamento e Certificação Ambiental. A educação ambiental como ferramenta para as transformações atitudinais.

BIBLIOGRAFIA:

BERMANN, C. **Energia no Brasil: para quê? para quem?**. São Paulo: Editora Livraria da Física, FASE, 2022

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix Amana-Key, 2010

FYFE, W.S. **As ciências da terra e a sociedade: as necessidades para o século XXI**. Estudos Avançados, São Paulo, v.11,n.30, p 175-190, .

HAMMOND, J.S.; KEENEY, R.L.; RAIFFA, H. **Decisões inteligentes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 228p.

GUIMARÃES, R.P. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B.K e MIRANDA, M. (orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p.13-44.

LEGGET, J. **Aquecimento global**: o relatório Greenpeace, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Brasil, 2023.

MOURAD, A. L. **Avaliação do ciclo de vida**: princípios e aplicações. Campinas: CETEA/CEMPRE, 2002. 92 p.

NASCIMENTO, L. F. et al. **Produção mais limpa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Escola de Administração, 2002. 1 CD-ROM

VIEIRA, P.F. e WEBER, J. (orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 5^a.ed. São Paulo: Editora Cortez. 2022. 500 p.

COMPONENTE: Bioma Caatinga – Características e uso racional dos recursos naturais; segurança alimentar a partir da seletividade das plantas da caatinga (30 horas)

EMENTA:

Origem e distribuição geográfica das regiões semiáridas. Características geológicas, geomorfológicas, edáficas e hidrometeorológicas do domínio das caatingas. Biodiversidade e fisionomias da caatinga. Ecorregiões e Unidades de Conservação da caatinga. Ecologia humana e interferências antrópicas no domínio das caatingas. Principais problemas ecológicos.

BIBLIOGRAFIA:

BIODIVERSITAS. Biodiversidade da caatinga. Anais do Seminário Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Avaliação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Bioma Caatinga. 21-26 maio de 2000. Disponível em:<[URL:www.biodiversita.org/caatinga/inicio.html](http://www.biodiversita.org/caatinga/inicio.html)>. Acesso em: 21 de junho de 2023. de Oliveira Soares, Venozina; Oliveira Almeida, Núbia **O BIOMA CAATINGA SOB A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM E A DINÂMICA DA AGRICULTURA** - Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-14 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica.

EMBRAPA. **ABC da Agricultura Familiar. Preservação e Uso da Caatinga**. Brasília – DF, 2017.

MATIAS, Átila. **Região Nordeste**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br>. Acesso em 21 de junho de 2023.

SÁ, I. B. et al. **Bioma caatinga: fatores abióticos**. Petrolina, PE: EMBRAPA/CPTSA, 2000. 32p. SAMPAIO, E. V. S. B., GIULIETTI, A. M., VIRGÍNIO, J. & GAMARA-ROJAS, C. F. L.

Vegetação e flora da caatinga. Recife: Associação de Plantas do Nordeste/Centro de Informação sobre Plantas, 2022.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Projeto BRA/00/021. **Representatividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Caatinga**. Brasília, 2010.

COMPONENTE: Economia Solidária e Boas Práticas de Sustentabilidade Ambiental (30 horas)

EMENTA:

Fundamentos teóricos da formação econômica brasileira e latino-americana. Território e desenvolvimento no Nordeste. Economia e meio ambiente: reciprocidade, dívida, economia plural e economia ecológica. Teorias do decrescimento e economia solidária. As práticas da economia solidária que contribuem para a construção do paradigma agroecológico: finanças solidárias, circuitos curtos de comercialização, redes locais e o processo de construção do território. Políticas públicas de desenvolvimento rural e economia solidária.

PROGRAMA:

Processo histórico, conceitos, cenários, leis e marcos legais da economia solidária; Políticas públicas que promovam desenvolvimento local e territorial; Modelos de economia solidária: associações, clubes de troca, cooperativas, bancos, entre outros; Autogestão, iniciativas

produtivas e democracia para fomentar o trabalho de cooperativas, associações, coletivos, microempreendedor individual (MEI) e atuação em rede; Tipos de economia (criativa, compartilhada, colaborativa, circular) e formas de empreender com comércio justo e consumo consciente; Redes solidárias.

BIBLIOGRAFIA:

ADAMS, T. **Educação na economia solidária: desafios e perspectivas**. Revista Educação (UFSM), v. 39, n. 3, 2014.

ALCÂNTARA, F. H. C. **Políticas públicas municipais e economia solidária**. Revista Interações, v. 15, n. 1, 2014.

ANDION, C. **A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios**. Revista de Administração Contemporânea, v. 9, n. 1, 2015.

ARAUJO, G. E. et al. **Economia solidária à luz do ambiente isonômico de Guerreiro Ramos**. Revista Eletrônica de Ciências Administrativas, v. 12, n. 1, 2019. ARROYO, J. C. **Cooperação econômica versus competitividade social**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2018.

BENINI, É. A.; BENINI, E. G. **As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária**. Revista Organizações & Sociedade, v. 17, n. 2, 2020.

BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. Brasília: UnB, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília,

CARDOZO, B. D. A. et al. **Comprometimento organizacional e gestão de bens materiais e patrimoniais em um empreendimento econômico solidário**. Revista de Administração Mackenzie, v. 16, n. 4, 2015.

CARRION, R. M. **Competição e conflito em redes de economia solidária**. Cadernos EBAPE. BR, v. 7, n. 4, 2009.

COMPONENTE: Práticas reflexivas em organização do trabalho pedagógico na Educação do e no Campo (30 horas)

EMENTA:

Conhecer e diagnosticar e mapear a Organização do Trabalho Pedagógico das/nas instituições de ensino públicas voltados para a Educação do Campo no âmbito federal, estadual e municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, Miguel G. Educação Básica e Movimentos Sociais. In VV. AA. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: UnB, 1999.

FREITAS, Luiz Carlos. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campinas:

Papirus. 1995.

OLIVEIRA, E. M. de, ALMEIDA, J. L. V. de, ARNONI, M. E. B. Mediação dialética na educação escolar: teoria e prática. São Paulo, Loyola, 2007.

PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Brasiliense. 1981. _____. Escola Comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEC. Por uma política de Educação do Campo. In: MEC. Referências para uma política nacional de Educação do Campo. Brasília: MEC, 2004, p. 35 – 40.

MEC/CEB/CNE. Parecer CEB/CNE nº 01/2006 – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC/SECAD, 2007, pp. 73 - 80.

COMPONENTE: Metodologia da Pesquisa Científica (45 horas)

EMENTA:

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

COMPLEMENTAR:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

COMPONENTE: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (45 horas)

EMENTA:

Trabalhar a pesquisa como princípio pedagógico integrador do currículo durante todo o processo de formação; desenvolver uma atividade-processo específica em que cada estudante desenvolva uma pesquisa científica que culmine na elaboração de um trabalho monográfico com defesa pública perante banca, elaboração de artigo científico. Esta área terá articulação estreita com a área Núcleo de Estudos Básicos no sentido de trazer para a prática da pesquisa a abordagem sobre os paradigmas do conhecimento, tendo em vista a formação de habilidades específicas da metodologia científica. O diálogo entre teoria e prática; a importância do rigor metodológico e da consciência do percurso do pensamento na interpretação da realidade; conclusão do projeto de pesquisa; preparação para o início do trabalho de campo; início da pesquisa de campo no TCC.

BIBLIOGRAFIA:

FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2021.

FERNANDES, Florestan (org.).**Marx e Engels. História**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 2019. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14ª ed., Petrópolis: Vozes, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20ª ed., Petrópolis: Vozes, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed., São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, José Maria da e SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas e Técnicas**. Juiz de Fora: Juizforana, 2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2014.

ARROYO, Miguel. **Escola, Cidadania e Participação no Campo**. Em Aberto. Brasília, INEP 1 (9) : 1-6, set,1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação básica e o movimento social do campo**. v. 2. Brasília: Editora UnB, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Banco Mundial, Washington: 2002. Documento disponível em <<http://www.riomaisdez.gov.br>> Acesso em 25 de junho de 2008.

BRASIL. **Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Coleção de Leis: Atos do Poder Legislativo, v. 7, p. 51– 66, Rio de Janeiro - RJ: 1961.

BRASIL. **Lei 5692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Lex: Coletânea de legislação: legislação federal; ano 35, p. 1114 – 1125, jul / set. São Paulo – SP: 1971.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. MEC / SEF. Brasília -DF:1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília – DF: 1991.

BRAIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. V. 134, n. 248, p. 27833 – 27841, 23 dez, seção 1, Brasília – DF: 1996.

CARVALHO, Marize Souza. **Formação de professores e demandas dos movimentos sociais: A universidade necessária**. 2003 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Bahia.

CASTRO, César Nunes de. **Semiárido, escassez hídrica e articulação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2025

CELIARI, Rogério. **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Local**. UFLA, Lavras – MG: 2022.

DEMO, P. Educação Rural – **Sua sintonia com o Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília 63 (146): 289 – 298, jan – abr., 1980.

DEMO, P. **Pesquisa, Princípio Científico e Educativo**. Cortez Ed., São Paulo:2020. FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ:1976. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Paz e Terra, Rio de Janeiro- RJ: 1999.

GARCIA, R. Leite & ZACCUR, Edwiges. **Escola para que te quero?** In: Revista Proposta: Natal.,v.61., jan: 2022.

INSA – INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **O semiárido brasileiro**. Campina Grande: Insa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro>. Acesso em: 11 jul. 2025.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Monica Castagna (orgs). **Por uma**

Educação Básica do Campo. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2019.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; MOLINA, Monica Castagna (orgs).

Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. v. 4. Brasília: Editora UnB, 2019.

LACKI, Polan. **Como Enfrentar a Crise da Agricultura: lamentando os problemas insolúveis ou resolvendo os problemas solucionáveis?** Papers da FAO, Roma: 2002.

MALASSIS, Louis. **Educação e Desenvolvimento Rural.** Ed. Nacional, São Paulo:2021.

MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, M. S. A. (orgs.). **Por Uma Educação Básica do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** vol. 5. Brasília, DF: Editora UnB, 2004.

NARAYAN, D. & PRITCHETT, L. **Cents and sociability. Household income and social capital in rural** Tazania. The World Bank, 2019.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2018.

WHERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. (orgs).**Educação Rural no Terceiro Mundo.** Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ: 2018.

RODRIGUES, N. **Por uma Nova Escola: o transitório e o permanente na Educação.** Cortez Ed., São Paulo - SP: 1997.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência Filosófica.**Autores Associados e Cortez, São Paulo - SP: 2018.

VEIGA, José Eli da. **Fundamentos do Agro – Reformismo.** In: Lua Nova 3, março 2001, p. 463.

WHERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, J. D. (orgs). **Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas.** Paz e Terra, Rio de Janeiro – RJ: 2018.

Emitido em 18/08/2025

PROJETO DE CURSO Nº 31/2025 - SEAD-JUA (11.01.02.55.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 09:57)
AITLA LIDIANE HERMOGENES DE SOUZA JATOBA
COORDENADOR
1495415

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.univasf.edu.br/documentos/> informando seu número: 31, ano: 2025, tipo: PROJETO DE CURSO, data de emissão: 22/08/2025 e o código de verificação: **b5d84eeefa**